

O volume 26, número 1 da Revista de Arqueologia se constitui como um **Volume Temático**. Neste número temos 10 artigos, que representam parte dos trabalhos apresentados durante o Simpósio “Arqueologia, Memória e História Indígena”, realizado em novembro de 2012 na Universidade Federal de Santa Catarina.

O primeiro artigo, de minha autoria em parceria com Juliana Machado, apresenta as características gerais do evento que resultou neste volume, explicando seus motivos, objetivos e resultados.

O segundo artigo, de autoria de Cristobal Gnecco, apresenta a dialética da construção de um conhecimento construído com base em relações não hierárquicas entre comunidade e academia, utilizando como exemplo um estudo de caso sobre uma proposta de gestão de um parque arqueológico na Colômbia, rejeitado pela comunidade indígena em cujo território foi criado.

O artigo de Fabiola Silva apresenta uma reflexão sobre o modo específico como os Asurini do Xingu apreendem o seu território na Terra Indígena Kuatinemu e quais os significados que atribuem a determinados

lugares, bem como aos vestígios materiais (arqueológicos e históricos) neles existentes, constituindo o que se pode definir como lugares da memória.

O quarto artigo, de autoria de Sergio Batista da Silva apresenta uma reflexão sobre a experiência relativa à elaboração de três relatórios de identificação e delimitação de terras indígenas no Rio Grande do Sul, em colaboração com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e contando com a participação de profissionais oriundos de diferentes especialidades: antropólogos, arqueólogos, geógrafos, socioambientalistas, botânicos e zoológicos.

O artigo de Adriana Dias e Sergio Batista da Silva apresenta as pesquisas realizadas por ocasião da produção de um relatório de identificação de terras indígenas Mbyá-guarani na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Essas pesquisas, decorrentes de uma demanda dos Mbyá, resultam na identificação de vários sítios da Tradição Guarani, indicando que as ocupações pré-coloniais formavam um horizonte sócio-cultural e ambiental que atual-

mente também é manifestado pelos Mbyá-guarani.

O sexto artigo, de autoria de Juliana Machado aborda questões teórico-metodológicas da prática arqueológica colaborativa em comunidades indígenas. Para encaminhar essa discussão a autora apresenta uma pesquisa colaborativa entre os Xokleng de Santa Catarina.

O artigo de Eduardo Bepalez apresenta uma pesquisa arqueológica realizada na Terra Indígena Lalima. O autor aborda questões como território e territorialidade, dando ênfase à discussão sobre identificação e significado de lugares significativos.

O artigo de Robson Rodrigues trata de uma pesquisa sobre a ocupação Guarani no sudeste paulista. Utilizando dados etnohistóricos e etnoarqueológicos o autor se propõe a discutir aspectos da dinâmica de ocupação Guarani Nandeva no vale do rio Itararé.

Cristiana Barreto apresenta algumas reflexões sobre o papel do arqueólogo no atual contexto de discussões sobre multivocalidade na socialização do patrimônio arqueológico da Amazônia. Com base nessas reflexões a autora apresenta uma proposta conceitual e metodológica de comunicação e transmissão de conhecimento científico mais afinada com uma arqueologia pública do século XXI.

Fechamos a seção de artigos deste volume com a publicação de um manifesto elaborado por um coletivo de pesquisadores (Bruna Cigaran da Rocha, Camila Jácome, Francisco Forte Stuchi, Guilherme Z. Mongeló, Raoni Valle) que reforçam a necessidade e a urgência de uma reflexão crítica sobre a práxis arqueológica no Brasil, apontando para o papel político desempenhado pela disciplina no começo do século XXI, estreitamente atrelado ao processo de ex-

pansão desenfreada do grande capital pelo país que segue deixando comunidades locais, já marginalizadas, em situações ainda mais precárias. Ao final do artigo publicamos a lista com todos os signatários do manifesto.

Esperamos que aproveitem a leitura e que este volume possa contribuir para uma reflexão crítica sobre o fazer arqueológico no Brasil que aponte alternativas, novos caminhos para a produção de um conhecimento participativo, engajado e plural, que reconheça o papel político da Arqueologia na agenda da sociedade nacional e atue de forma efetiva na ampliação do espaço e do reconhecimento das populações tradicionais que ocupam o território brasileiro. *SB*